

Corpos, territórios e saberes: a cartografia da presença afro-indígena no ensino superior

RESUMO

Angela Maria Araújo Leite

angela.leite@uneal.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-4191-7291>
Universidade Estadual de Alagoas -
UNEAL, Arapiraca, Alagoas, Brasil

Maria Vitória Melo de Souza

vitoria.souza.2023@alunos.uneal.edu.br
<https://orcid.org/0009-0000-9154-2427>
Universidade Estadual de Alagoas -
UNEAL, Arapiraca, Alagoas, Brasil

Danyella Thays França da Silva

danyella.silva.2023@alunos.uneal.edu.br
<https://orcid.org/0009-0008-1698-3001>
Universidade Estadual de Alagoas -
UNEAL, Arapiraca, Alagoas, Brasil

Clebson Talvane Bezerra Neri

clebson.neri.2024@alunos.uneal.edu.br
<https://orcid.org/0009-0004-9778-3095>
Universidade Estadual de Alagoas -
UNEAL, Arapiraca, Alagoas, Brasil

O presente estudo discute a presença e a visibilidade da população afro-indígena no ensino superior, a partir das pesquisas realizadas no projeto PIBIC “Cartografias da presença: registro e visibilidade da população afro-indígena nos cursos da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL”. A pesquisa reconhece as comunidades quilombolas e indígenas como territórios de resistência e de produção de saberes, ressaltando que Alagoas possui mais de sessenta comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares e cerca de treze povos indígenas. A fundamentação teórica apoia-se em paradigmas comprometidos com a pluralidade de saberes e com a valorização das lutas históricas dos povos afro-indígenas. A base teórica adotada contempla a necessidade de uma abordagem que reconheça a diversidade de pensamentos, trajetórias e formas de resistência como fundamentos para compreender e fortalecer a presença afro-indígena na universidade. A metodologia envolve análise bibliográfica, orientada por uma perspectiva decolonial e por uma opção epistemológica que privilegia as produções de intelectuais negros e indígenas e os saberes produzidos nas comunidades, bem como a valorização das vivências construídas por meio da escuta dos anciãos, dos mestres das culturas afro-indígenas, das rodas de conversa, das aprendizagens compartilhadas e da proximidade com as comunidades, compreendendo a universidade como espaço de disputa e reexistência. Os resultados indicam que a presença desses sujeitos reconfigura o ensino superior alagoano, tornando-o território de afirmação de identidades e de construção de saberes decoloniais. Assim, a cartografia da presença afro-indígena reafirma o papel da universidade na valorização da diversidade de saberes e na afirmação da ancestralidade como fundamento da formação acadêmica.

PALAVRAS-CHAVE: Ancestralidade. Interculturalidade. Decolonialidade. Resistência. Universidade.

INTRODUÇÃO

A universidade pública brasileira tem sido historicamente marcada por processos de exclusão social e racial, refletindo as desigualdades estruturais que conformam a formação da sociedade brasileira. Contudo, nas últimas décadas, as intensas e contínuas lutas dos movimentos sociais, em especial dos movimentos negro, indígena e quilombola, têm impulsionado avanços significativos na democratização do acesso ao ensino superior. Nesse contexto, conforme assinala Santos (2005), destacam-se a criação e a implementação de políticas de ações afirmativas e de programas institucionais voltados às populações historicamente marginalizadas, configurando um importante marco na ampliação do direito à educação.

Essas transformações vêm reconfigurando o espaço universitário, tanto em sua composição social quanto em seus modos de produzir conhecimento. A presença de estudantes afro-indígenas na universidade tenciona estruturas acadêmicas tradicionalmente eurocentradas, promovendo deslocamentos epistemológicos, políticos e culturais. Tal processo ultrapassa a dimensão quantitativa da ampliação do acesso, envolvendo disputas simbólicas em torno da memória, do reconhecimento e da legitimidade de outras epistemologias. Diante disso, conforme nos alerta Nilma Lino Gomes, “[...] trata-se de um processo histórico que envolve disputas por memória, reconhecimento e produção de conhecimento a partir de outras epistemologias” (Gomes, 2017, p. 74).

Inserido nesse debate, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sociedade e Educação (NEISE) tem se dedicado às temáticas afro-indígenas, buscando visibilizar as ações desenvolvidas na Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) e compreender a relevância do papel desempenhado por esses sujeitos enquanto universitários, bem como os reflexos dessa vivência acadêmica em suas comunidades de origem. Nesse percurso, a pesquisa vem articulando estratégias quantitativas e qualitativas, envolvendo licenciandos do curso de Geografia na construção de um banco de dados institucional e na escuta sensível das narrativas estudantis, de modo a obter tanto os indicadores objetivos quanto as dimensões subjetivas dessas trajetórias.

Assim, este trabalho faz parte de pesquisas realizadas a partir do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), do curso de Geografia da UNEAL, e tem como objetivo refletir sobre a construção de uma cartografia da presença afro-indígena na instituição, por meio do registro e da ampliação da visibilidade dessa população. Busca-se, desse modo, reconhecer, documentar e valorizar a participação de estudantes afro-indígenas nos diferentes espaços acadêmicos, contribuindo para o fortalecimento de políticas institucionais de inclusão, permanência e reconhecimento da diversidade étnico-racial na universidade alagoana.

CAMINHOS DA PESQUISA

A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, articulando levantamento bibliográfico, análise documental e escuta sensível das narrativas estudantis. Contudo, assume, de modo crítico e intencional, um posicionamento epistemológico comprometido com a valorização de saberes historicamente subalternizados, buscando romper com a hegemonia do conhecimento eurocêntrico que estrutura, de modo dominante, a produção científica. Nesse sentido, a investigação ancora-se em perspectivas decoloniais e interculturais, reconhecendo a pluralidade epistemológica como fundamento para a construção do conhecimento.

O levantamento bibliográfico concentrou-se em produções que discutem políticas afirmativas, educação antirracista, interculturalidade e epistemologias decoloniais, com destaque para os trabalhos de Santos (2005), Gomes (2017), Walsh (2009), Smith (2018) e Carneiro (2011). Esses referenciais fundamentam uma leitura crítica da universidade como espaço atravessado por relações de poder, colonialidade do saber e disputas simbólicas, bem como orientam a construção de uma cartografia comprometida com a visibilização das presenças afro-indígenas no território universitário.

No que se refere à análise documental, foram solicitados dados institucionais à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e à Pró-Reitoria de Inclusão Estudantil (PROINE) da UNEAL, com o objetivo de identificar registros sobre a autodeclaração étnico-racial dos estudantes matriculados nos diferentes cursos e campi da instituição.

A pesquisa envolveu a escuta atenta das experiências, narrativas e percepções de discentes afro-indígenas, por meio de rodas de conversa, diálogos informais e registros de vivências acadêmicas. Essa estratégia permitiu compreender os desafios enfrentados, os processos de construção identitária e as formas de resistência cotidiana no espaço universitário.

DESCOLONIZAR A UNIVERSIDADE: PRESENÇA, RESISTÊNCIA E INVISIBILIZAÇÃO DE CORPOS AFRO-INDÍGENAS

O racismo estrutural está presente na educação brasileira, fato que acabou por moldar a formação social do país. Os espaços escolares e universitários são reprodutores da exclusão e do silenciamento de histórias, saberes e culturas, especialmente das populações afro-brasileiras e indígenas. Com a promulgação das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/08, um marco histórico foi produzido, conquista dos movimentos negros e indígenas, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nos currículos escolares.

Contudo, apesar de mais de duas décadas terem se passado, ainda é possível constatar que as leis acima citadas não se efetivaram, como demonstram os estudos de Silva et al. (2025), que apontam como obstáculos a carência de formação específica, a limitação de recursos didáticos e a demanda por políticas de apoio eficazes; para Domingues (2025), sua implementação é lenta e desigual,

afirmando que os principais problemas estão na formação inadequada dos professores, na escassez de materiais didáticos qualificados e no tratamento folclorizado da temática afro-brasileira, além de sua restrição a datas comemorativas; de acordo com Menezes e Pio (2025), a lei estimulou o debate sobre as relações étnico-raciais no sistema educacional, mas sua efetivação é limitada, apontando, entre outros aspectos, a resistência dentro da comunidade escolar, especialmente por questões religiosas, e a necessidade de formação contínua dos docentes.

Nesse sentido, compreendemos que a universidade tem um papel fundamental na formação de profissionais que serão responsáveis pela manutenção dos direitos conquistados, especialmente os profissionais da educação. Para Nilma Lino Gomes, “uma educação antirracista implica o reconhecimento das identidades étnico-raciais e a valorização da diversidade como princípios formativos e estruturantes do processo educativo” (Gomes, 2012, p. 28).

A presença de populações afro-indígenas no ensino superior ratifica o impacto que as políticas de ações afirmativas e de programas que democratizam o acesso à universidade trazem para esse ambiente. Gersen Baniwa (Luciano, 2009) fala sobre o que motiva os povos indígenas a buscarem a educação formal, especialmente o ensino superior. Para o intelectual indígena essa motivação decorre da incorporação de ideais da sociedade moderna, do avanço da escolarização, da necessidade de um diálogo menos verticalizado com as políticas públicas e da ampliação da consciência dos povos indígenas sobre seus direitos de cidadania e seus projetos étnicos de futuro.

Experiências como o Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR que atende a comunidades quilombolas e o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena – CLIND, que atende aos povos indígenas de Alagoas, são exemplos dessas iniciativas que a UNEAL vem adotando, representando espaços de resistência e pertencimento para sujeitos afro-indígenas, embora careça de maior visibilidade institucional. Nessa direção, Bergamaschi e Leite (2022, p. 72-73) ao tratar sobre a formação de professores indígenas afirmam que:

Os movimentos que fazem como indígenas estudantes no ensino superior, afirmando identidades e conhecimentos próprios, são movimentos de luta e resistência, demarcando a universidade como um território que lhe é de direito. Inserem a aldeia na universidade ao evidenciarem em seus fazeres acadêmicos marcas próprias de sua cultura e, quiçá, ajudam a criar um outro lugar, entre dois mundos, em que os conhecimentos tecem encontros e desencontros, não mais silenciamento e apagamentos.

Aqui fazemos um movimento, no sentido da descolonização da pesquisa e do pensamento, necessário para que a academia reconheça outras formas de saberes e práticas. Como afirma Catherine Walsh, “descolonizar a pesquisa é descolonizar o pensamento, os modos de produzir conhecimento, os propósitos e os lugares desde onde pensamos. É deslocar o olhar para incluir os saberes e práticas das comunidades historicamente subalternizadas” (Walsh, 2009, p. 27 -

tradução nossa). Para tanto, é necessário darmos ouvidos às diversas vozes que emanam do interior da academia, favorecendo seu ecoar em toda a sociedade.

Para a intelectual indígena Linda Tuhiwai Smith “a pesquisa tem sido uma das palavras mais sujas no vocabulário dos povos indígenas. É imperialista, e está intrinsecamente ligada ao colonialismo. Reimaginar a pesquisa a partir dos próprios povos é parte fundamental de nossa luta por autodeterminação” (Smith, 2018, p. 1). E é aqui que a presença dos povos indígenas na UNEAL tem papel fundamental na produção de novos conhecimentos, potencializados pela voz do povo originário, presente nos cursos e programas da instituição.

A filósofa e escritora Sueli Carneiro nos ajuda a perceber como o ensino superior foi sendo formado como um espaço que é, majoritariamente, ocupado pela branquitude, o que influencia quem costuma ser visto, ouvido e reconhecido dentro dele. Ao destacar que “há absoluta prevalência da brancura em todas as instâncias de poder da sociedade [...], no corpo docente das universidades públicas ou privadas” (Carneiro, 2011, p. 91), ela nos convida a olhar para a universidade a partir das experiências de quem chega carregando histórias marcadas por outras referências, outros modos de existir e aprender.

Nessa perspectiva, acompanhar a presença afro-indígena no ensino superior é também acompanhar trajetórias que, ao atravessarem esse território, o transformam com suas presenças, seus afetos, suas memórias e seus saberes. Assim, a universidade vai se abrindo a novas maneiras de sentir e pensar o mundo, permitindo que corpos e conhecimentos antes pouco reconhecidos encontrem espaço para florescer e construir outras possibilidades de convivência e aprendizagem. Entretanto, Landgraf (2020) analisando o trabalho de Grada Kilomba, aponta que as instituições acadêmicas naturalizam o sujeito branco e relevam os corpos e vozes negras a uma posição de silenciamento ou marginalidade simbólica, reforçando a hierarquia racial na academia e, consequentemente, na sociedade. Portanto, “o racismo é uma construção branca a nível estrutural e institucional, vivido por pessoas negras e outras subalternidades, como os povos indígenas” (Landgraf, 2020, p. 341).

Durante a primeira etapa da pesquisa, o projeto buscou obter junto à PROGRAD e à PROINE, através de correspondência oficial, dados sistematizados referentes à presença afro-indígena na Instituição. Como resultado dessa solicitação, foi informado que tais registros não existem de forma organizada e padronizada, revelando uma lacuna estrutural na produção, no monitoramento e na gestão dessas informações. Tal lacuna dialoga com Cida Bento, que reflete sobre a forma como as organizações constroem narrativas institucionais sobre diversidade e equidade que nem sempre se materializam em práticas concretas, operando, muitas vezes, por meio de mecanismos simbólicos que invisibilizam a pluralidade dos sujeitos que compõem esses espaços (Bento, 2002). Portanto, a instituição desempenha um papel ativo, ainda que indireto, na invisibilização de corpos negros e indígenas.

Essa ausência de dados não se configura como falha metodológica da pesquisa, mas aponta para um despreparo institucional no atendimento às

demandas relacionadas à diversidade étnico-racial, revelando a persistência de formas sutis de invisibilização. Conforme assinala Bento (2022, p. 77), “Não é apenas por atos discriminatórios que se verifica se uma instituição é racista, mas também por taxas, números de profissionais, [...] em que não se vê a diversidade”. Desse modo, a inexistência de registros sistematizados revela que a diversidade étnico-racial não é tratada como uma dimensão estrutural da gestão institucional, o que limita o reconhecimento dessas populações e dificulta a formulação de políticas efetivas de inclusão. Tais práticas administrativas e burocráticas reforçam desigualdades históricas, além de demonstrar o despreparo institucional que contribui para que corpos negros e indígenas permaneçam fora dos processos de visibilidade, planejamento e decisão institucional.

Essa lacuna estatística compromete a formulação de políticas públicas efetivas de acesso, permanência e acompanhamento acadêmico, reforçando o argumento de Carneiro (2011) acerca do racismo estrutural que atravessa as instituições educacionais. A invisibilidade dos dados traduz-se, assim, em invisibilidade política, dificultando o reconhecimento institucional das demandas específicas desses sujeitos.

Diante desse cenário, tornou-se necessário reconstruir o percurso metodológico da investigação. Assim, a pesquisa propõe a construção de um perfil dos estudantes do campus I, por meio de estratégias locais de coleta de dados, envolvendo questionários, rodas de conversa e parcerias com coordenações de curso. Paralelamente, serão mobilizados os Centros Acadêmicos do curso de Geografia dos campi I, III e V, nos quais o curso de Licenciatura em Geografia ocorre, ampliando o levantamento para, pelo menos, três unidades da universidade. Pesquisa a ser realizada na próxima etapa.

Identificou-se, ainda, que o Diretório Central dos Estudantes (DCE/UNEAL) dispõe de uma secretaria voltada às relações étnico-raciais, a qual será acionada para colaborar com a padronização e ampliação da coleta de dados nos seis campi da instituição, como etapa final das ações. Essa articulação fortalece o caráter institucional da pesquisa e possibilita a construção de um banco de dados integrado, capaz de subsidiar políticas afirmativas e estratégias de enfrentamento ao racismo institucional.

A necessidade de contar com o apoio discente para o levantamento sobre a presença da população afro-indígena aponta para a insuficiência das instâncias administrativas institucionais na produção e sistematização dessas informações. Ao mesmo tempo, revela o protagonismo dos estudantes como sujeitos políticos e produtores de conhecimento, capazes de tencionar lacunas institucionais e mobilizar ações concretas diante da ausência de dados oficiais. Essa realidade, reforça a importância da presença de corpos afrodescendentes e indígenas no meio acadêmico.

Segundo Munanga (1999), busca-se negar, a todo custo, que pessoas negras e afro-indígenas sejam inteligentes, críticas e desenvolvidas, utilizando-se o processo de branquitude como instrumento para inviabilizar a verdadeira capacidade desses sujeitos. Trata-se de uma tentativa preconceituosa de

mascarar o fato de que outras classes e grupos sociais podem equiparar-se intelectualmente à elite que historicamente detém o poder. Logo, essa lógica preconceituosa também se faz presente nas universidades que, embora constituam espaços nos quais minorias conseguem demonstrar seu valor e ampliar suas vozes frente à marginalização que lhes é associada, ainda enfrentam dificuldades internas. O preconceito velado na academia, revela a permanência de estruturas discriminatórias, mesmo em ambientes que deveriam prezar pela pluralidade e pela equidade.

Sob a perspectiva teórica, os dados dialogam com Walsh (2009) e Smith (2018), ao destacarem a necessidade de descolonização da pesquisa e da produção do conhecimento, deslocando o olhar para as experiências, saberes e práticas das comunidades historicamente subalternizadas.

DO SILENCIAMENTO À PALAVRA: VOZES INDÍGENAS E NEGRAS

Da condição histórica de silenciamento à escuta da palavra como direito, presença e produção de sentido, criando um movimento de deslocamento, este texto passa a transcrever vozes negras e indígenas, não como simples ilustração ou complemento de debate acadêmico, mas como enunciados legítimos que expressam experiências, percepções e saberes construídos no interior da universidade. Landgraf (2020), ao realizar uma resenha sobre a obra “Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano” de Grada Kilomba afirma que a autora

[...] refere-se à “máscara do silenciamento”, objeto colonial europeu utilizado para impedir escravizados de comer e falar, como um instrumento que se perpetua até hoje de forma subjetiva, representando o colonialismo, que define quem tem voz - questão problematizada por Spivak (1995) também por um viés colonial ao apontar que a voz das subalternas não é ouvida pelos que detém o poder. Na academia, isso se perpetua pelo mito de uma “objetividade” e “neutralidade” que são, na verdade, profundamente subjetivas, operando em prol dos interesses e problemas da classe dominante branca, e assim o colonialismo configura a produção do conhecimento. (Landgraf, 2020, p. 340)

Por outro lado, Bergamaschi e Leite (2022), ao abordar sobre a presença e produção de conhecimento de licenciandos indígenas, na UNEAL, afirmam que ao tratar sobre suas comunidades, escolas e relações com a sociedade não indígena, estes tornam audíveis vozes historicamente silenciadas, fortalecem identidades indígenas e articulam a universidade como espaço estratégico de reconhecimento, resistência e construção de alianças em defesa de direitos e da cidadania.

Nessa perspectiva, a escuta foi realizada por meio de entrevistas gravadas ou através de mensagem de texto, conduzidas a partir de um roteiro semiestruturado, composto por perguntas abertas. Essa escolha metodológica permitiu aos participantes maior liberdade para desenvolver suas falas/escritas,

possibilitando a emergência de narrativas, percepções e experiências construídas a partir de seus próprios referenciais. As entrevistas foram registradas em áudio, mediante consentimento dos entrevistados, garantindo fidelidade às falas e permitindo posterior transcrição.

O objetivo desse movimento é evidenciar como os corpos historicamente invisibilizados narram suas trajetórias, enfrentamentos e estratégias de permanência, trata-se de um exercício de escuta da palavra como prática política e epistêmica no espaço acadêmico. Nesse sentido, passamos a escutar a voz de uma mulher negra, que cursa Direito na UNEAL, a respeito da construção de sua identidade, como é se perceber e o que significa resistir e existir como pessoa afrodescendente dentro da universidade.

Essa identidade foi construída ao longo da minha vida em um processo bastante demorado, sobretudo durante e após o meu ensino médio, quando passei a ter mais contato e ler autoras como a Djamila Ribeiro e Lélia Gonzalez, que me fizeram compreender o racismo e também entender o que é ser uma mulher negra no Brasil. Acredito que elas foram fundamentais nesse processo, me fazendo analisar o meu fenótipo, minha ancestralidade e tomar coragem para me reafirmar socialmente.

Se perceber como afrodescendente dentro da UNEAL ainda é algo bastante difícil, porque, mesmo com programas como o PARFOR-Equidade, que inseriu diversas pessoas negras e quilombolas na instituição, de modo geral ainda falta referências na grade curricular, falta docentes que são negros e que dialogam sobre o tema, falta estrutura de acolhimento dentro da universidade e, principalmente, ainda faltam pessoas negras na instituição. Então, mesmo me reconhecendo como mulher negra, continuo invisível dentro da UNEAL.

É uma luta constante. Ao mesmo tempo que vejo o quanto a UNEAL está atrasada no quadro de diversidade étnico-racial, também me emociono ao lado dos meus colegas vendo cada conquista que estamos alcançando ao longo dos anos. Parece que estamos enfrentando uma batalha que demora a cessar, mas que nos tornou cada dia mais fortes e unidos. Essa luta é extremamente difícil, mas sei que dias melhores virão e que logo mais vamos abrir espaço para que os nossos entrem e ocupem cada espaço dessa universidade.

A fala da entrevistada, discente do curso de Direito da UNEAL, permite compreender as nuances de sua construção identitária, através de um processo gradual e relacional, articulado a experiências educacionais, leituras e reflexões críticas. O contato com autoras como Djamila Ribeiro e Lélia Gonzalez aparece como elemento fundamental para a compreensão do racismo e para a elaboração do reconhecimento de si enquanto mulher negra, evidenciando o papel do conhecimento teórico na leitura do fenótipo, da ancestralidade e da inserção social.

No âmbito institucional, a entrevistada descreve a universidade como um espaço no qual o autorreconhecimento racial não se traduz automaticamente em pertencimento ou visibilidade. Sua narrativa aponta para a existência de políticas de acesso, como programas específicos, ao mesmo tempo em que traz à tona limites relacionados à ausência de referências curriculares, à reduzida presença de docentes negros, à insuficiência de estruturas de acolhimento e à baixa representatividade racial no corpo institucional. Esses elementos são

apresentados como fatores que contribuem para a manutenção da invisibilidade, mesmo diante de alguns avanços.

Por fim, a fala articula a experiência individual a uma dimensão coletiva, ao situar o reconhecimento das dificuldades institucionais junto às conquistas construídas coletivamente. A universidade é descrita como um espaço de disputa contínua, no qual a luta por reconhecimento, permanência e ocupação se desenvolve a partir de uma longa jornada, marcada tanto por tensões quanto por processos de fortalecimento coletivo ao longo do tempo. Para Ribeiro (2017, p. 35), “Seria, principalmente, um debate estrutural. Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades”.

Em outra escuta, realizada no espaço acadêmico, um licenciando (atualmente licenciado) em Geografia, através do CLIND, ao ser perguntado sobre os desafios, conquistas e a articulação entre os saberes tradicionais e os acadêmicos, e como acontece na escola indígena, contou que

O CLIND trouxe também um fortalecimento pra nossa cultura. Logo de início eu já percebi isso. Eu disse: eu tô no lugar certo. Esse curso foi especificamente pra gente, então estamos no lugar certo. E a gente percebeu, eu e os meus colegas indígenas, que ele além de contribuir na nossa vida acadêmica, contribuiu também na nossa vida indígena, na nossa vida cultural.

Por exemplo, com a descolonização do pensamento. Existiam coisas que a gente mesmo não sabia. A gente achava que “índio” era normal, que era bonito. A gente achava que “tribo” era bonito. Até que têm cânticos que existe tribo, ainda, e a gente tenta mudar isso. A gente tendo esse conhecimento, a gente vai passando para os mais velhos: antigamente vocês falavam assim, mas é por conta disso, é pejorativo, existia um preconceito.

A nossa comunidade, o pessoal da cidade nos chama de caboclos, pra tentar tirar um pouco da nossa originalidade. Eles chamando a gente de caboclo, tá chamando a gente de mestiço, já não é mais indígenas, para eles. Sendo que ninguém se tocava nisso. A gente não sabia. A gente se denominava como caboclo. Nem dizia índio e nem indígena. Dizia logo: eu sou caboclo.

Aí, com a universidade, com o CLIND, a gente foi aprendendo, foi tendo essa noção de como nos pronunciar melhor. A gente foi tendo essa capacidade de observar com outros olhos o que poderia nos ajudar.

O CLIND também fez isso conosco, ele mostrou essa possibilidade de trazer conhecimento acadêmico com conhecimentos tradicionais nossos e a gente percebeu que fica muito mais fácil dessa forma. A gente sabe que a gente está falando algo que é do ao redor deles, do mundo daquelas crianças. Não adiantava a gente falar da aula sem eles nunca saberem pelo menos sobre o nosso território indígena. Então os conhecimentos tradicionais com os acadêmicos foi ótimo, está sendo ótimo e será muito melhor futuramente. Aqui está um exemplo, um trabalho feito por mim, onde a gente sempre soube que o maracá, esse instrumento musical, feito pelo Pajé, a gente sempre soube que ele significava o mundo em nossas mãos. Exatamente os nossos corações. E quando a gente vem observando, quando a gente balança ele, ele gira da mesma forma que a gente gira. E através daqui, do maracá, eu posso dar uma aula onde a gente consegue melhor compreender melhor.

O licenciando indígena estava fazendo referência ao seu maracá, desenhado e pintado por ele, com as formas dos continentes, representando o globo terrestre, criado na disciplina de cartografia da Licenciatura Intercultural Indígena. A imagem a seguir, autorizada, ilustra bem a força de sua identidade e pertencimento:

Figura 1 - Eruanan Kariri Xokó



Fonte: Arquivo do projeto de pesquisa (2025)

É nessa confluência de experiências vivenciadas no CLIND que a trajetória formativa deste licenciando encontra fundamento na reflexão expressa por Márcio Paromeriri, ao tratar a universidade como território indígena, afirmando que

Em minha ótica racional, percebo, claramente, que se poderia sim haver uma junção de conhecimentos e protocolos ativos que garantissem essa interação de conhecimentos. Essa ação enriqueceria muito ambos os lados, levando com isso os saberes, os conhecimentos a outro patamar evolutivo de expansão de mentes (Paromeriri, 2021, p. 31).

Bergamaschi e Leite (2022, p. 60) afirmam que é importante destacar que as duas últimas décadas são marcadas por uma intensificação nos processos de escolarização indígena e torna-se mais evidente o acesso de estudantes indígenas ao ensino superior, muito em decorrência das lutas que reivindicam políticas afirmativas no contexto universitário. Portanto, em se tratando dos povos indígenas, “não se furtam em enfrentar os conflitos e dar visibilidade aos seus modos próprios de pensar e de estar no mundo, fazendo soar a voz silenciada e ou não escutada” (Bergamaschi; Leite, 2022, p. 73).

As ações anteriormente descritas registram a importância da universidade como espaço de diálogo, aproximação e reconhecimento dos saberes afro-indígenas. A partir deste ponto, se busca articular atividades externas e

internas que fortalecem a compreensão sobre identidade, memória, território e ancestralidade afro-brasileira e originária.

Os registros visuais das atividades realizadas assumem relevância como parte do processo de documentação e análise da pesquisa. As imagens associadas aos eventos e vivências auxiliam na compreensão das práticas culturais, dos espaços de troca de saberes e das interações estabelecidas entre comunidade quilombola e acadêmica, contribuindo para a materialização das experiências vivenciadas. Assim, a inserção de imagens dialoga diretamente com o texto, fortalecendo a narrativa sobre as ações desenvolvidas e apoiando a leitura sobre a importância dessas iniciativas para a visibilidade, o reconhecimento e a integração dos saberes afro-brasileiros e originários no espaço universitário.

Abaixo, registramos uma atividade realizada no dia 27 de agosto de 2025, no evento “Saberes do Quilombo: Memórias, Saúde e Ancestralidade em Diálogo com a Universidade”, realizado na UNEAL, em conjunto com o NEISE e o Quilombo do Lunga, localizado no município de Taquarana/AL. A ação foi destinada aos estudantes da disciplina de Geografia Afro-brasileira, aos bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID Equidade e demais estudantes interessados, com o intuito de promover a troca de saberes entre os fazedores culturais do Quilombo do Lunga e a UNEAL.

A atividade materializa a perspectiva defendida por Pinheiro (2023), para quem a educação deve constituir-se como um projeto comprometido com a valorização das epistemologias negras, da ancestralidade e da construção de práticas antirracistas, as quais, sejam capazes de celebrar as potências culturais, tensionar o currículo eurocentrado e produzir outras formas de ensinar e aprender. Em consonância com esses princípios, foram ministradas as oficinas de Kalungas, pela Mestra Cristina do retalho quilombola, e de Xarope, pela Mestra Tonha das ervas (Figura 2). Também foram realizadas apresentações de danças populares, como Maculelê e Forropoeira, conduzidas pelo Contramestre Bico de Fulô.

Figura 2 - Oficinas de Kalungas e de Xarope



Fonte: Arquivo do projeto de pesquisa (2025)

O evento permitiu que os pesquisadores, como também a UNEAL, tivessem contato direto com a cultura quilombola, servindo como um instrumento poderoso para compreender e registrar experiências, saberes e práticas ancestrais. Dessa forma, a atividade contribuiu diretamente para os objetivos do projeto, fornecendo uma base concreta para o mapeamento da presença afro-indígena na universidade, fortalecendo a visibilidade dessas comunidades e promovendo a integração entre estudantes, pesquisadores e fazedores culturais.

Outro evento realizado no Curso de Geografia, campus I, em conjunto com o NEISE e o Centro Acadêmico de Geografia Milton Santos, foi a semana “Geografia da Consciência Negra: Territórios, Identidades e Resistências” com programação de três dias de atividades que buscaram refletir sobre o papel da população negra na formação do território brasileiro, seus saberes e expressões culturais, além das lutas históricas e contemporâneas contra o racismo. No primeiro dia do evento ocorreu a roda de conversa “Enegrecendo a universidade: corpos, saberes e reexistências”, reuniu estudantes e convidados em um diálogo potente, marcado por reflexões profundas sobre a presença, os saberes e as reexistências da população negra no espaço acadêmico. Aconteceu, ainda, o debate “Territórios feridos: o racismo ambiental e as desigualdades raciais”, que proporcionou reflexões sobre como populações negras e periféricas seguem sendo desproporcionalmente afetadas por políticas, práticas e impactos ambientais.

A proposta do evento vai de encontro às reflexões de Pinheiro (2023) que, ao narrar seu próprio processo de letramento racial, discute como sua formação acadêmica foi marcada pela predominância de referenciais brancos e eurocentrados, reconhecendo que “só citava autores brancos”, “só falava de uma epistemologia branca” e que suas disciplinas “eram pautadas na colonialidade e reforçavam mitos eurocêtricos”. A autora compreende que a transformação desse cenário exige o deslocamento das referências hegemônicas e a incorporação de epistemologias negras capazes de ressignificar a produção do conhecimento na universidade.

Figura 3 - Roda de conversa “Enegrecendo a universidade: corpos, saberes e reexistências”



Fonte: Arquivo do projeto de pesquisa (2025).

O evento pode ser traduzido em uma semana de atividades que reafirmou a importância desses espaços para a visibilização dos estudantes negros na UNEAL, ao promover reflexões sobre o papel dessa população na formação do território brasileiro, seus saberes, expressões culturais e as lutas históricas e contemporâneas contra o racismo.

A roda de conversa “Enegrecendo a universidade: corpos, saberes e reexistências”, possibilitou o compartilhamento de experiências, narrativas e estratégias de resistência no espaço acadêmico, possibilitando a escuta de estudantes do movimento negro existente na espaço acadêmico, enquanto o debate “Territórios feridos: o racismo ambiental e as desigualdades raciais” contribuiu para demonstrar como políticas e práticas ambientais produzem impactos desiguais sobre populações negras e periféricas, reforçando a importância dessas discussões na universidade.

Uma atividade importante para esta pesquisa foi a participação na Festa do Meados de Agosto, realizada no Território Quilombola do Lunga, em Taquarana/AL. A edição de 2025 teve como tema “Unificação e Troca de Saberes entre as Comunidades Quilombolas de Alagoas”, com mesa de abertura mediada pelo coletivo As Dandaras - Coordenação Feminina Quilombola de Alagoas. O festival trouxe uma série de atividades culturais que expressam a memória, a ancestralidade e as práticas da comunidade quilombola, incluindo Oficinas de Graffiti, Cinema Itinerante Quilombola, Exposição de Kalungas da Mestra Cistina e ações dentro da Casa da Memória Mestra Firmina.

Figura 4 - Festa do Meados de Agosto - Território do Quilombo do Lunga



Fonte: Arquivo do projeto de pesquisa (2025)

A participação dos pesquisadores no evento, demonstrou ser uma etapa relevante para o desenvolvimento da pesquisa, ao possibilitar a aproximação com as dinâmicas culturais, sociais e afetivas da comunidade quilombola. A presença no festival permitiu vivenciar e observar práticas que expressam a memória, a ancestralidade e os saberes quilombolas. Essa experiência contribuiu para qualificar o olhar analítico da pesquisa, ao fortalecer uma escuta sensível e contextualizada, fundamental para a compreensão das relações entre território, cultura e ancestralidade, além de possibilitar a análise da presença afrodescendente a partir de referências construídas no próprio território.

Por fim, “[...] a desconstrução da brancura como ideal de ego da sociedade é imperativo para a libertação e cura de todos: negros, brancos, indígenas, orientais” (Carneiro, 2011, p. 81), isso indica a necessidade de formação antirracista não apenas para estudantes negros, mas principalmente para estudantes, docentes e gestores brancos. Principalmente no contexto da UNEAL, que é referência na formação de futuros professores que irão atuar nas salas de aula, contribuindo com a formação crítica de sujeitos.

CONCLUSÕES

As desigualdades raciais que atravessam o acesso ao ensino superior não começam na porta das universidades. Os indicadores de desenvolvimento humano apontam para trajetórias historicamente desiguais, que moldam o percurso escolar de estudantes afro-indígenas desde a infância. Logo, quando se analisa o ingresso desses discentes na universidade, é necessário reconhecer que eles ocupam esses espaços após vencerem barreiras estruturais que estudantes brancos, estatisticamente, não enfrentam.

No contexto universitário, essa confusão identitária repercute diretamente na autodeclaração racial e no reconhecimento da própria negritude e ancestralidade indígena entre jovens estudantes. Muitos alunos ingressam na universidade sem uma identidade racial formada, e só dentro dela, em contato

com movimentos estudantis negros e indígenas, núcleos de pesquisa, projetos de pesquisa etc., elaboram sua consciência racial.

Nesse processo, os eventos acadêmicos, culturais e comunitários assumem papel fundamental na consolidação do pertencimento universitário e na valorização das identidades afro-indígenas. As atividades como rodas de conversa, semanas temáticas, oficinas, projetos de pesquisa, encontros com comunidades quilombolas e indígenas e ações extensionistas possibilitam a circularização de saberes que historicamente foram marginalizados pela academia. Esses espaços promovem o diálogo entre universidade e território, fortalecendo vínculos coletivos e permitindo que estudantes reconheçam suas experiências de vida como fontes legítimas de conhecimento. Mas, ainda é um movimento pontual.

As narrativas dos estudantes afro-indígenas, por sua vez, configuram-se como elementos centrais para compreender os desafios, enfrentamentos e estratégias de permanência no ensino superior. Ao transformar experiências individuais em narrativas compartilhadas, esses sujeitos rompem com o silenciamento histórico imposto aos seus corpos e saberes, afirmando suas vozes como produção epistemológica válida. A escuta sensível dessas trajetórias demonstra que a construção identitária não ocorre de forma isolada, mas em processos coletivos de troca, reconhecimento e fortalecimento político dentro da universidade. É necessário amplificar essas vozes, chegar a todos os cursos.

Dessa forma, eventos e espaços de escuta diversificados tornam-se práticas pedagógicas e políticas essenciais, pois contribuem para a produção de conhecimentos que retornam à escola por meio de professores mais bem preparados, capazes de construir currículos que contemplem uma parcela significativa da sociedade historicamente mantida à margem dos referenciais eurocêtricos, que perpetuam a hierarquização dos saberes. Ao valorizar a palavra, a memória e a experiência vivida, a instituição amplia suas formas de produzir conhecimento e reconhece que a presença afro-indígena influencia a ocupação física do espaço acadêmico, implicando em transformações simbólica, cultural e epistemológica.

Até o momento, na perspectiva quantitativa, os resultados alcançados não permitiram o cumprimento integral do objetivo proposto pelo projeto institucional, em razão da ausência de dados institucionais sistematizados que possibilitassem um mapeamento da população afro-indígena na UNEAL. Essa limitação, no entanto, não se configura como fragilidade da pesquisa, mas como um dado revelador das lacunas estruturais da própria instituição no que se refere ao registro e ao acompanhamento da diversidade étnico-racial.

Por outro lado, em relação ao aspecto qualitativo, a pesquisa alcançou resultados significativos ao possibilitar a visibilização da população afro-indígena na UNEAL, alinhando-se ao objetivo de refletir sobre a construção de uma cartografia da presença afro-indígena por meio do registro de experiências, narrativas e ações desenvolvidas nos espaços acadêmicos. Ao reconhecer, documentar e valorizar a participação de estudantes afro-indígenas, o estudo

contribui para ampliar o debate institucional e reforça a importância da formulação e do fortalecimento de políticas de inclusão, permanência e reconhecimento da diversidade étnico-racial no contexto da universidade alagoana.

Dessa forma, a identidade, o autoconhecimento e a aprendizagem adquirida pelos discentes afro-indígenas, consolidam-se como fundamentos de suas futuras metodologias docentes, promovendo uma prática pedagógica comprometida com a valorização das identidades étnico-raciais. Assim, esses educadores, conscientes de seus direitos, pertencimentos e de sua responsabilidade social, tornam-se agentes de transformação, transmitindo saberes alinhados as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, bem como, às políticas de reparação histórica, contribuindo para uma educação antirracista, crítica e inclusiva.

Por fim, reconhecemos as forças ancestrais que adentram ao espaço acadêmico e rompem paradigmas arcaicos e eurocentrados, possibilitando que a diversidade, a interculturalidade e os diversos saberes se entrelaçam, sem a imponente e pretensa hierarquização que dominou e tentam permanecer dominando o meio acadêmico e científico. Portanto, que os conhecimentos permaneçam horizontalizados.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da FAPEAL - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas.

Bodies, Territories, and Knowledges: Mapping the Afro-Indigenous Presence in Higher Education

ABSTRACT

This study examines the presence and visibility of the Afro-Indigenous population in higher education based on the research conducted within the Undergraduate Research Program (PIBIC) project Cartographies of Presence: Documenting and Enhancing the Visibility of the Afro-Indigenous Population in the Programs of the State University of Alagoas (UNEAL). The research recognizes quilombola and Indigenous communities as territories of resistance and knowledge production, highlighting that the state of Alagoas is home to more than sixty quilombola communities certified by the Palmares Cultural Foundation and approximately thirteen Indigenous peoples. The theoretical framework is grounded in paradigms committed to the plurality of knowledge systems and to the recognition of the historical struggles of Afro-Indigenous peoples. It is based on an approach that acknowledges the diversity of perspectives, trajectories, and forms of resistance as fundamental to understanding and strengthening the Afro-Indigenous presence within the university. The methodology consists of a bibliographic review guided by a decolonial perspective and an epistemological stance that privileges the intellectual production of Black and Indigenous scholars, as well as the knowledge generated within communities. It also values the experiences constructed through listening to Elders, Afro-Indigenous cultural masters, dialogue circles, shared learning processes, and close engagement with communities, thereby understanding the university as a space of contestation and re-existence. The findings indicate that the presence of these subjects reconfigures higher education in Alagoas, transforming it into a territory for the affirmation of identities and the construction of decolonial knowledge. Thus, mapping the Afro-Indigenous presence reaffirms the university's role in valuing diverse knowledge systems and in recognizing ancestry as a foundational element of academic education.

KEYWORDS: Ancestry; Interculturality; Decoloniality; Resistance; University.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BERGAMASCHI, Maria Aparecida; LEITE, Angela Maria Araújo. Formação de professores indígenas: A universidade como território de resistência?. **RUNA**, archivo para las ciencias del hombre.v.43, p.57 - 75, 2022.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- DOMINGUES, Petrônio. A LEI 10.639/03 E O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 55, e11162, 2025. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742025000100516&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 fev. 2026. Epub 03-Jul-2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980531411162>.
- GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro e educação: ressignificando o saber e a prática educativa**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- LANDGRAF, Julia. RAÇA, BRANQUITUDE E DESCOLONIZAÇÃO: O TRABALHO DE GRADA KILOMBA. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 339, 2020. DOI: 10.22456/1982-6524.103879. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/103879>. Acesso em: 28 fev. 2026.
- LUCIANO, Gersem José dos Santos (Baniwa). Indígenas no ensino superior: novo desafio para as organizações indígenas e indigenistas no Brasil. In: SMILJANIC, Maria Inês; PIMENTA, José; BAINES, Stephen Grant (org.). **Faces da indianidade**. Curitiba: Nexo Design; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2009. p. 187-202.
- MENEZES, Paula C. S.; PIO, Alessandra. AS LEIS 10.639/2003 E 11.645/2008: um balanço atual baseado nas apropriações docentes. In: **Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, [S. l.], v. 13, n. 1, 2025. DOI: 10.34024/olhares.2025.v13.19407. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/19407>. Acesso em: 28 fev. 2026.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- PAROMERIRI, Márcio. A universidade que se quer: território do bem viver! In: KAYAPÓ, Edson; SCHWINGEL, Kassiane (org.). **Universidade: território indígena!** Porto Alegre: COMIN: Fundação Luterana de Diaconia, 2021. p. 31-35.
- PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta Brasil, 2023.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Coleção Feminismos Plurais, Belo Horizonte: Editora Letramento, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, C. S.; BRITO, E. de M.; SILVA, F. de O.; SILVA, A. J. da; FERREIRA, N. M.; FERREIRA, S. C. M.; ANDRADE, R. R. de; SOARES, M. Transformações na educação brasileira: 20 anos da Lei 10.639/03 e seus desdobramentos. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 22, n. 14, p. e22226, 2025. DOI: 10.54033/cadpedv22n14-117. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/22226>. Acesso em: 28 fev. 2026.

SMITH, L. T. **Descolonizando metodologias:** pesquisa e povos indígenas. Trad. Roberto G. Barbosa. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, Sociedad:** luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2009.

Recebido: 31/05/2026

Aprovado: 08/07/2026

DOI: 10.3895/rtr.v11n0.22026

Como citar: LEITE, A. M. A., SOUZA, M. V. M., SILVA, D. T. F., NERI, C. T. B. Corpos, territórios e saberes: a cartografia da presença afro-indígena no ensino superior. **Revista Transmutare**. Curitiba, v. 11, e22026, p. 1-19, 2026. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Angela Maria Araújo Leite
angela.leite@uneal.edu.br

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

